

Pregão n. PE-90037/2025

PA n. 48/2025

Prezado Sr. Pregoeiro

GIACOMINI E CARVALHO LTDA., inscrita no CNPJ n. 45.549.407/0001-00, com sede na Rua Recife, n. 1833, Apto. 202, Centro, Cascavel, Estado do Paraná, representada por sua única sócia, **ELLEN BRUNA GIACOMINI**, vem à presença de Vossa Senhoria, interpor recurso, o que faz consoante seguintes fatos e fundamentos de direito.

I – SÍNTESE DO PROCESSO LICITATÓRIO.

Aberta a sessão pública do processo supramencionado, o pregoeiro oficial informou que a Recorrente seria inabilitada, por deixar de comprovar aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente, isto em razão dos atestados somados não completarem a quantidade de meses exigidas no edital.

A Recorrente registrou sua intenção de recorrer, pelo que tempestivamente, apresenta, suas razões de inconformismo a despeito da inabilitação.

II – DAS RAZÕES RECURSAIS

Consoante acima exposto, a Recorrente foi inabilitada por não ter, o que nas palavras do pregoeiro, comprovado sua capacidade técnica operacional exigida no Termo de Referência e de acordo com o §2º do artigo 167, da Lei n. 14.133/21, previsto no Edital n. 48/2025, que assim exigia:

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 12 (doze) meses do fornecedor na prestação dos serviços de preparo e fornecimento de refeições para um público de no mínimo 400 (quatrocentas) pessoas/dia (equivalente a 50% do quantitativo médio de refeições servidas ao dia de acordo com este Termo de Referência e de acordo com o § 2º do Art.167 da Lei 14.133/2021), em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

A participante anexou aos documentos 04 (quatro) atestados, que comprovam ter prestado serviços de igual natureza e qualidade técnica, durante os anos de 2023 a 2025, que somados alcançam mais de 12 (doze) meses.

Ainda, somados os números de refeições servidas no período, tem-se a quantia de 155.798 (cento e cinquenta e cinco mil, setecentos e noventa e oito refeições), o que representa uma média superior as 400 (quatrocentas) refeições por dia.

Antes de adentrar a questão, impende destacar que não há exigência expressa no edital, que determine ao participante comprovar **que em cada um dos atestados somados, tenha prestado serviços de fornecimento de refeições, ao número de 400 (quatrocentas)/dia.**

O edital é claro suficientemente, e nos permite entender que a exigência é de experiência mínima de 12 (doze) meses do fornecedor na prestação dos serviços de preparo e fornecimento de refeições, para um público de no mínimo 400 (quatrocentas) pessoas por dia, em períodos sucessivos ou não.

Ora, se não há expressa e clara exigência, no sentido de que caberia ao fornecedor demonstrar que cada um dos atestados certificasse a prestação de serviços de fornecimento de refeições para 400 (quatrocentas) refeições/dia, admitir que a soma das refeições servidas atestadas, dividida pelo número de meses somados, caso resulte em um número equivalente/maior ao exigido, não se afigura como descumprimento ao instrumento convocatório.

Neste sentido, a falta de clareza e a desclassificação sob tal fundamento, indica afronta aos princípios basilares que regem o procedimento licitatório, notadamente o da razoabilidade e publicidade. Vejamos entendimento do TCU sobre o tema:

REPRESENTAÇÃO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR. PREGÃO ELETRÔNICO. SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL . CONCLUSÃO, EM EXAME EM COGNIÇÃO SUMÁRIA, PELA PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA CAUTELAR. LICITAÇÃO HOMOLOGADA. CONTRATO NA IMINÊNCIA DE SER CELEBRADO. INABILITAÇÃO INDEVIDA . **FALTA DE CLAREZA NAS REGRAS DO EDITAL.** REJEIÇÃO, PELO PREGOEIRO, DA APRESENTAÇÃO, DURANTE A SESSÃO PÚBLICA, DE DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO FALTANTE (DECLARAÇÃO SOBRE CONDIÇÃO PRÉ-EXISTENTE DE AUSÊNCIA DE NEPOTISMO). **AFRONTA À RAZOABILIDADE. FORMALISMO EXCESSIVO . DECISÃO DE INABILITAR CONTRÁRIA AO ATENDIMENTO PLENO DO INTERESSE PÚBLICO.** CONCESSÃO DE CAUTELAR PARA A SUSPENSÃO DO ANDAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO. OITIVA. REFERENDO . CIÊNCIA. (TCU - RP: 19342021, Relator.: RAIMUNDO CARREIRO, Data de Julgamento: 11/08/2021)

A ausência de clareza na redação do edital, em relação à forma como será aferida a experiência, inviabiliza o julgamento objetivo e fere princípios como a transparência e competitividade, fulminando a legalidade da licitação (Acórdãos TCU nº 2237/2021-P, 2263/2021-P, 3123/2021-P, 5960/2021-2C).

Conforme Acórdão nº 961/2020-P do TCU:

1.7.2.2. ausência de parâmetros mínimos objetivos na exigência prevista no item 9.10.2 do edital, para a comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto

da licitação, ou com o item pertinente, conferindo indesejável grau de subjetividade ao referido instrumento convocatório, em afronta ao princípio do julgamento objetivo disposto no art. 3º e no § 2º do art. 30 da Lei 8.666/1993;

Deve, todavia, prevalecer neste caso a aplicação do formalismo moderado na apreciação dos critérios de habilitação do certame em relação à comprovação de capacidade técnica operacional.

O seu apego excessivo pode ensejar odioso formalismo que acaba por fulminar a finalidade precípua da licitação, a qual consiste na obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.

Nessa linha raciocínio, destacamos o seguinte trecho de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina:

"[...] Ainda que, por vezes, o formalismo extrapole o razoável no julgamento das licitações, há exigências técnicas que não podem ser desconsideradas na medida em que interfiram na justiça da disputa. A atenção aos termos do edital aparece como uma garantia de todos: dos licitantes, que se submeterão a análise uniforme; do interesse público, o qual, diante dos reclamos importantes, terá a perspectiva de contratação por particular idôneo. No caso, os vícios apontados pela impetrante - relativamente ao cálculo da formação de preços pela empresa declarada vencedora - eram menores; não resultaram em efetiva alteração do montante final da oferta apresentada, de modo que a Administração agiu bem ao permitir a adequação (postura, aliás, que vai ao encontro do esperado formalismo moderado que vigora em certames licitatórios). Ordem denegada. (TJSC, Mandado de Segurança n. 4029854-98.2018.8.24.0000, da Capital, rel. Des. Hélio do Valle Pereira, Quinta Câmara de Direito Público, j. 11-07-2019)".

Ainda, não se pode perder de vista o que dispõe a Súmula 263 do TCU, no sentido de que "Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, **devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado**".

Grifamos a última parte do entendimento, justamente pelo fato de que o participante comprovou inequivocamente, ter prestado número de refeições em quantidades similares com a dimensão e complexidade do objeto que deve ser executado.

Aliás, o próprio número de 800 (oitocentas) refeições por dia, é estimado e baseado em histórico, e não representa com exatidão nenhum número específico de refeições de fato que serão servidas diariamente.

O termo de referência, inclusive, aponta que no ano de 2024, foram servidas 131.515 (cento e trinta e um mil, quinhentas e quinze) refeições, número muito inferior àquele que consta dos atestados somados apresentados pela participante.

O entendimento exarado na Vossa decisão, que inabilitou a participante, não encontra respaldo sequer no edital, bem como esbarra nas razões acima ventiladas, motivo pelo qual merece revisão.

O certame não se trata de uma gincana, na qual interessa apenas o cumprimento de definida etapa, indiferentemente da sua razão de ser. O formalismo exacerbado, neste caso, somente desvirtua a sua finalidade, que é, senão a contratação de acordo com a melhor proposta/preço.

Nesse particular, da jurisprudência destaca-se:

"A interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restritiva. Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo" (MS n. 5779/DF, Min. José Delgado). (Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2012.048200-3, da Capital, rel. Des. Luiz César Medeiros, j. 13-08-2013) (ACMS n. 2011.083041-4, de Itajaí, rel. Des. Cid Goulart, j. 25-11-2014) (Agravo Regimental n. 0302757- 83.2017.8.24.0023, da Capital, rel. Des. Jorge Luiz de Borba, Grupo de Câmaras de Direito Público, j. 23-10- 2017)

E, neste caso, a melhor proposta fora da participante recorrente, de modo que a sua não habilitação não constitui nenhuma irregularidade/ilegalidade capaz de desclassificar empresa, que melhor atenderia ao interesse público.

Por este motivo, pugna pela revisão da decisão que inabilitou a Recorrente, vez que desproporcional e contrária ao entendimento do TCU, para que esta possa concorrer devidamente habilitada, e o preço proposto ser levado a cabo na ocasião do efetivo julgamento.

III – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Do exposto, pugna pelo recebimento deste recurso, eis que cabível, motivado e tempestivo, e no mérito sejam acolhidas as razões recursais da empresa participante, ora Recorrente, para o justo fim de que a declaração de sua inabilitação seja revista, e esta possa concorrer com as demais empresas participantes, em igual qualidade, dada a sua capacidade de habilitação.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Cascavel, 29 de dezembro de 2025.

GIACOMINI E CARVALHO LTDA.

ELLEN BRUNA GIACOMINI – Sócia Administradora